

A Ineficiência da Atuação em Rede no Enfrentamento à Violência Doméstica: uma análise à Luz do Artigo 8º da Lei Maria da Penha

Hillary Lopes Oliveira - Késia Silva Tosta

ODS 5

Extensão

Introdução

A efetivação das diretrizes do artigo 8º da Lei Maria da Penha constitui um dos principais desafios no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Embora a lei estabeleça a necessidade de articulação entre os órgãos da Rede de Atendimento e a capacitação permanente dos profissionais, a prática revela fragilidades, como a fragmentação dos serviços, ausência de protocolos integrados e falhas na comunicação interinstitucional. A pesquisa, desenvolvida a partir de bibliografia, legislação e da experiência prática no Programa de Extensão Casa das Mulheres, evidencia que a desarticulação compromete o acolhimento humanizado, perpetua o ciclo de violência e fragiliza a função transformadora da Lei nº 11.340/2006.

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

A partir da análise dos atendimentos realizados no último mês pelo Programa de Extensão Casa das Mulheres, constatou-se a persistente falta de articulação entre os serviços da Rede de Atendimento. Em diversos casos, observou-se inclusive a omissão de determinadas instituições, o que comprometeu o encaminhamento adequado das mulheres e a efetividade das medidas protetivas. Esses resultados evidenciam a necessidade urgente de:

- Fortalecer os fluxos de comunicação interinstitucional;
- Promover a responsabilização das instituições diante de omissões;
- Ampliar a formação continuada das equipes envolvidas.

Objetivos

O objetivo central é destacar como a falta de articulação da Rede de Atendimento impacta diretamente as mulheres em situação de violência, contribuindo para a revitimização e comprometendo o acolhimento e a proteção integral previstos na Lei Maria da Penha.

Os objetivos específicos envolvem analisar os impactos da desarticulação institucional nos atendimentos; identificar lacunas na comunicação e nos protocolos entre os órgãos da Rede; ressaltar a importância da formação contínua dos profissionais para garantir respostas humanizadas e eficazes.

Conclusões

A análise dos atendimentos realizados pelo Programa de Extensão Casa das Mulheres evidencia que a falta de articulação da Rede de Atendimento compromete diretamente a proteção das mulheres em situação de violência, perpetuando a revitimização e fragilizando a eficácia da Lei Maria da Penha. A consolidação de fluxos integrados, protocolos padronizados, comunicação eficiente entre instituições e formação contínua dos profissionais é essencial para garantir um acolhimento humanizado e respostas efetivas às demandas das mulheres.

Material e Métodos ou Metodologia

O estudo utilizou informações obtidas nos atendimentos às mulheres assistidas pelo Programa de Extensão *Casa das Mulheres*, considerando relatos diretos e indiretos sobre sua experiência nos serviços da Rede de Atendimento. A análise qualitativa focou na identificação de lacunas na articulação entre os órgãos, nas falhas dos equipamentos e nos fluxos de encaminhamento, além de registrar as situações de revitimização enfrentadas pelas assistidas devido à fragmentação e à ineficácia dos serviços.

Bibliografia

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.** Disponível em: [LINK](#). Acesso em: 05 set. 2025.

PROGRAMA CASA DAS MULHERES. **O Programa.** Disponível em: [LINK](#). Acesso em: 5 set. 2025.

VIÇOSA (MG). **Protocolo municipal de atenção às mulheres em situação de violência.** Viçosa: Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – UFV, 2015. Disponível em: [LINK](#). Acesso em: 5 set. 2025

Apoio Financeiro